



Caminhos da propaganda republicana: entroncamentos de trajetórias pessoais e políticas nos trilhos da Mata mineira

MARTA LÚCIA LOPES FITTIPALDI*.

Silva Jardim – Mata mineira - República

Acompanhar o trajeto feito por Silva Jardim durante a sua campanha republicana nos anos de 1888 e 1889 seja talvez um bom caminho para descortinarmos novas possibilidades sobre a recepção ou oposição à ideia de uma nova forma de governo nos vários locais, em diferentes províncias, por onde passou o conferencista. Afinal, a república dos bestializados, interpretação feita do 15 de novembro pelo jornalista Aristides Lobo, testemunha ocular do golpe militar de 1889, vem sendo relativizada por renovadas pesquisas que retomam por exemplo a importância da crescente escalada da propaganda republicana na penúltima década do século XIX.

Nessa escalada, sobretudo após a Lei Aurea, o advogado fluminense Antônio da Silva Jardim, o “homem da lei nova” (LEÃO:235), foi sem dúvida o mais combativo e impetuoso propagador da República. Seguindo o advogado fluminense em sua campanha pela Zona da Mata mineira entre fevereiro e março de 1889, deparei-me com vários nomes citados por ele próprio, outros mencionados pelos jornais que repercutiam os principais episódios da campanha ou até mesmo pela memória histórica dos locais por onde andou o conferencista. O presente trabalho tem como objetivo esboçar algumas considerações a respeito, no intuito de levantar hipóteses sobre os fatores que pesaram para o bom acolhimento e, ao contrário, para a rejeição de Silva Jardim na mencionada região.

Ele iniciou sua primeira visita a Minas pelo município de Mar de Espanha. Foi recepcionado na estação ferroviária local, de onde seguiu para a estação de Guarani, então pertencente à Vila do Pomba e Ubá. A julgar pelo relato do próprio Jardim em seu livro *Memórias e Viagens*, publicado postumamente em 1891 e também pelos jornais da época, é possível destacar, que aqueles primeiros momentos em território mineiro foram tranquilos, porém sem muito entusiasmo. O encontro com Cesário Alvim, deputado provincial de sólida

* Mestre em História pela Universidade Federal Fluminense. Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora -Linha de Pesquisa: Imagens, Narrativa e Sociabilidades. Bolsista CAPES.

carreira política, talvez tenha sido na avaliação de Jardim o ponto alto daquela fase inicial da viagem. Embora tenha ouvido do próprio Alvim que ainda tinha confiança em D. Pedro II, considerava que as tendências oposicionistas e os desgostos do deputado mineiro com a política imperial lhe transformavam em um potencial republicano de grande importância naquela região.

Em Ubá, o conferencista foi recepcionado por um numeroso grupo republicano digno de nota em seu livro de memórias. Na estação de Ponte Nova, o aguardava o advogado Benevides Lobo, “um ardente revolucionário, “sobrinho de Aristides Lobo. “Como sempre tudo ocorreu entre aplausos, flores, festas e adesões” (JARDIM, 1891:282).

Os destinos seguintes, no entanto, reservaram grandes sobressaltos ao viajante. Em Leopoldina, as dificuldades foram impostas pelos próprios integrantes locais do Partido Republicano que se opunham à conferência de Jardim por representar o jovem advogado fluminense uma ação isolada, contrária à orientação oficial do partido. Em Carangola, o orador não pode falar, acuado por uma multidão que impediu a realização da conferência.

De Carangola, Jardim seguiu para o município de São José de Além Paraíba onde tinha duas conferências marcadas: uma na localidade rural de Angustura e outra no centro comercial da vila, no bairro de Porto Novo do Cunha. A primeira ocorreu em meio a muita confusão. Jardim foi avisado pelas próprias autoridades policiais do município para desistir do compromisso pois na freguesia de Angustura havia numeroso grupo de libertos a aguardá-lo com grande animosidade. Antes mesmo de entrar no arraial, teria escapado da mira de um dos amotinados que já o aguardava na estrada.

A segunda conferência não ocorreu. Foi obstada por uma insurreição popular descrita à época de forma conflitante. Silva Jardim, assim como o *Gazeta de Notícias*, que repercutiu o seu relato, falam em cerca de 300 libertos. Outras narrativas, no entanto, como a publicada pelo jornal *Cidade do Rio*, descrevem a movimentação de um grupo mais numeroso e heterogêneo, formado também por trabalhadores imigrantes e nacionais. Em todas as versões consta a informação de que Jardim foi acuado no hotel onde estava hospedado. Ele só teria conseguido escapar de madrugada, protegido por um antigo líder abolicionista do lugar. No caminho até a estação de Porto Novo do Cunha, onde tomou o trem para a cidade do Rio de Janeiro, safou-se de novo atentado à bala, terminando, portanto, de forma muito conturbada, a primeira fase da sua campanha em Minas Gerais.

Passo agora a breves considerações sobre os contatos travados por Jardim na ocasião, conforme a intenção já explicitada de identificar as forças que o atraíram e apoiaram. Cesário Alvim era então um dos mais influentes políticos de Minas Gerais e parece ter exercido importante papel na política da microrregião considerada. Ainda em 1888, foi convidado a assumir a presidência de uma reunião da lavoura, quando encontrava-se na vila de São José d'Além Paraíba, conforme nota do jornal O Município. Em agosto de 1889, logo depois da sua adesão oficial ao Partido Republicano, o jornal A Federação, principal órgão republicano da imprensa gaúcha, dirigido por Júlio de Castilhos, publicou uma lista com 92 novas adesões vindas do 9º distrito eleitoral de Minas, todas do município de Além Paraíba, se tratando a maioria de proprietários rurais. Mas não foi com o prestígio de Alvim que Jardim contou em seus *meetings* pela Mata mineira. Embora tenha registrado em suas memórias, conforme já destacado anteriormente, a expectativa que nutria em relação à potencialidade do parlamentar como futuro membro do Partido Republicano, manteve com ele apenas uma rápida conversa quando passava por Ubá e, na ocasião, o deputado, dono da fazenda de café Esperança, confessava-se ainda um liberal monarquista.

Mas outras forças locais certamente atraíram Silva Jardim. Em São José de Além Paraíba, o advogado distanciou-se da linha férrea para ir discursar no distrito rural de Angustura. Ou seja, Jardim abandonara, em 14 de março de 1889, a comodidade e a praticidade das programações estratégicas em locais que ofereciam plataformas ferroviárias para ir ao encontro da distante e nada amável recepção, que então assim já se anunciava, vencendo para isso 20 km a cavalo. O que levou o conferencista a arriscar-se em tal desvio? Da Corte, José do Patrocínio voltava-se contra a propaganda republicana de Jardim, acusando –o de associação com antigos escravocratas, os “republicanos do 14 de maio.” O recorte deste artigo, restrito a partir de agora ao município de Além Paraíba – denominação atual – na zona da Mata mineira, nos relewa outras possibilidades. Muitos senhores de terra da região, integrantes do Clube Republicano de Angustura, criado em setembro de 1888, deixaram registrado em ata um esforço inicial, logo depois abandonado, como veremos a seguir, para apoiar o “ilustre viajante republicano.” No entanto, os grandes nomes da cafeicultura local não subscrevem o documento. Refiro-me a homens como Antônio Carlos Teixeira Leite, o Barão de São Geraldo, diretor da estrada de Ferro Leopoldina e cafeicultor. Ele era dono da Fazenda do Pântano, propriedade de 308 alqueires, maior parte em cafezais formados pelo trabalho de mais de 200 escravos. A

memória histórica local apresenta o barão como o principal articulador da visita de Jardim à freguesia de Angustura. No entanto, a consulta às fontes até agora reunidas não confirmam tal informação.

Por outro lado, um personagem de grande visibilidade na época e que exerceu importante papel na campanha republicana de Jardim por aquelas paragens não mereceu destaque nas publicações memorialísticas locais, nem no próprio livro de Jardim, *Memórias e Viagens*. Tratava-se do deputado republicano Antônio Romualdo Monteiro Manso que foi anfitrião do propagandista, recepcionando-o na plataforma de São Luiz e acompanhando-o já sob declarada ameaça a Angustura. Médico, formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1873, Monteiro Manso causara na Corte grande reboliço, negando-se a jurar fidelidade e obediência à monarquia e à Igreja Católica no momento de assumir o seu posto legislativo na capital do Império, em setembro de 1888. Foi capa do *Mequetrefe* e a representação do impasse que causou ocupou página dupla na *Revista Illustrada*. Foi saudado por vários jornais republicanos por ter com sua conduta tornado facultativo o juramento da cerimônia de posse na Câmara dos Deputados. Mereceu seu posicionamento os protestos de Joaquim Nabuco, rebatidos pelo próprio Jardim na imprensa da época.

O fato de Jardim ter sido no mínimo lacônico em relação a Manso tenha talvez expressado a decepção do autor de *Memórias e Viagens* ao constatar que a companhia do deputado, em seu próprio reduto, sua terra natal, não lhe garantiu uma boa recepção, mesmo tendo sido a visita à região objeto de atenção do Clube Republicano de Angustura, de onde teria partido, segundo suas próprias anotações, a significativa contribuição de um conto de réis para a sua campanha pelo interior da província (JARDIM, 1891: 417). Por outro lado, Jardim deve ter constatado cerca de quatro meses depois de sua viagem que os republicanos do 9º distrito decidiram-se, ao final, pelo projeto evolucionista, representado por Quintino Bocaiuva, arredios à solução revolucionária, conforme ficou registrado na ata do dia 27 de junho de 1889.

Necessário aqui comentar que a atuação de Jardim como propagandista da República representou iniciativa isolada do jovem conferencista em oposição à orientação oficial da sigla partidária. Tais divergências eram provocadas por questão de método e teoria. Jardim falava em revolução, renegando a linha evolucionista defendida por Quintino Bocaiuva, então diretor do Partido Republicano Nacional, que deveria, na sua visão, “basear a sua plataforma em princípios outros que não os ideais democráticos do Manifesto de 1870” (JARDIM, 1891: 329).

As ideias e propostas do advogado fluminense merecerão um tratamento mais detalhado no doutoramento em curso, situadas em quadro mais amplo, marcado pelas disputas de vários projetos republicanos. Alguns trabalhos a respeito oscilam entre a idealização de combativa figura de Silva Jardim como precursor do movimento socialista no Brasil, passando por versões que apontam o “autoritarismo” do modelo republicano esboçado pelo conferencista, mas incorrendo quase todos os autores em uma espécie de teleologia que valoriza mais o enquadramento ou não do pensamento de Jardim em um modelo ideológico, desprezando os elementos contextuais e contingenciais que certamente influenciaram tanto os seus discursos como a sua trajetória política e vice-versa pra assim já nos alinharmos à teoria de Dominique LaCapra que considera os discursos indissociáveis dos vários contextos em que foram produzidos, até porque tais contextos, parte da realidade, são também produtos da própria textualização sendo o movimento contrário também verificável (LACAPRA, 1998). O que por ora tenho a afirmar é que Jardim dizia-se positivista, destacando a importância das ideias de Auguste Comte para a sua formação intelectual e política, mesmo depois do rompimento com a direção do Apostolado Positivista do Brasil, ocorrido em 1888, em consequência de seu engajamento na propaganda republicana, contrariando, desta forma, as diretrizes doutrinárias que previam participação teórica e não prática nos rumos do país. Jardim explicou o ocorrido no seu livro de memórias, justificando-se da seguinte forma: “Parecia-me que era tempo para alguns de nós outros de fazer obra mais ativa, mais política, porque se a revolução não se podia fazer do alto era forçoso fazê-la de baixo, e pois, revolucionariamente, o que autorizava a agitação e até o exercício da tribuna” (JARDIM, 1891: 192).

Com base em outras fontes, como correspondências trocadas com o pai, Gabriel da Silva Jardim, e amigos como Clóvis Beliváqua, pretendo analisar a estrutura discursiva de Silva Jardim, levando em conta também as contingências da sua trajetória pessoal. Jardim foi um leitor voraz e precoce, nascido em família humilde e numerosa. Como filho mais velho, tomou-se para si o encargo de ajudar o pai, professor primário e pequeno agricultor no interior do Rio de Janeiro. Foi com muita dificuldade que seguiu os estudos, tentando conciliar os bancos escolares ao trabalho de caixeiro e explicador de Língua Portuguesa. Bacharelou-se em São Paulo. Foi na faculdade de Direito, na capital paulista, que descobriu o seu dom para a oratória, que passou a ter em sua vida um significado especial, na minha interpretação, tomado como o caminho mais curto para alcançar a evidência com que desde muito cedo sonhara.

Em 1888, Jardim já destacava-se na capital paulista como professor, advogado e palestrante. A Lei Áurea veio impulsionar a sua função de propagandista da República, uma vez que abalou os quadros partidários imperiais e republicanos. José do Patrocínio, por exemplo, abandonou o Partido Republicano e Jardim, contrariamente, passou a buscar apoio e alianças junto a elementos conservadores descontentes com a abolição. Em seus discursos passou a minimizar o papel da Coroa no Treze de maio e cobrava ações que garantissem melhores condições aos antigos escravizados. Mas o que sobressaiu da sua fala parece ter sido o ataque aos membros da família imperial e ao catolicismo. Grande parte da população pobre lhe foi hostil nos lugares por onde passou em 1888 e 89. Da mesma forma, a escolha feita por uma campanha autônoma, pregando a solução revolucionária em posição dissidente às diretrizes oficiais do Partido Republicano, renderam-lhe oposições que determinaram seu alijamento no novo governo. A principal discordância de Jardim com os correligionários relacionava-se à aversão que nutria pelo regime parlamentar. Dizia-se incrédulo quanto à eficácia do sistema eleitoral para a transformação política e social. Apregoava o modelo revolucionário com base em uma mobilização popular permanente representada por um ditador que tomaria para si o encargo de defender a soberania popular (JARDIM, 1891:328-330).

A importância das excursões de Jardim para a disseminação da ideia do novo regime é incontestável. No entanto, entendo que seus *meetings* evidenciaram grande resistência ao fim da monarquia por parte da sociedade oitocentista. Retornando ao foco do presente trabalho, passo a apresentar alguns indícios de que as dificuldades enfrentadas por Jardim na Mata mineira partiam, principalmente, da forma como os chamados *meetings* republicanos repercutiam entre a parcela mais desvalidada da população. Necessário reforçar que Jardim combatia em seus inflamados discursos os membros da família real, condenando, principalmente, a extrema religiosidade da Princesa Isabel. A idealização da princesa, após o 13 de maio, como a “Redentora” e o projeto republicano, largamente apregoado por Jardim, a favor da separação entre o Estado e a Igreja, podem ter contribuído para que o conferencista fosse tão mal recebido por parte da população local. Em Memórias e Viagens, o advogado detalhou os sobressaltos que passou em Angustura, versão que vai de encontro a outras publicações da época. Jardim enfatiza a própria coragem e determinação e o sucesso da conferência, embora em condições adversas; mas o correspondente de um jornal da Vila de São José d’ Além Paraíba tem seu texto publicado pelo Cidade do Rio, de José do Patrocínio, então

grande crítico de Jardim, afirmando que o conferencista saiu de Angustura acuado por cerca de 2000 pessoas, “entre libertos de ambos os sexos, trabalhadores nacionais e estrangeiros, artistas e fazendeiros.” Segundo o periódico, a turba só poupou a integridade física do orador porque ele concordou em se retirar, dando antes “vivas à monarquia.” A situação não foi muito diferente na sede do município, conforme ainda o jornal acima citado.

Mesmo considerando que essa versão que desqualifica a propaganda de Jardim na Mata mineira foi reverberada pelo jornal de José do Patrocínio, então o mais combativo crítico do republicanismo revolucionário de Jardim, ela deve ser levada em conta e contraposta a novas fontes que talvez reiterem o apreço que grande parte da população local nutria pelas instituições Igreja Católica e Monarquia. Conveniente lembrar neste ponto que o conferencista estava acompanhado por Monteiro Manso. O deputado, médico e proprietário de terras que há menos de um ano tinha impactado não apenas o meio político com o episódio do juramento possivelmente sofria certa impopularidade na região, sendo alijado talvez por muitos de seus próprios conterrâneos, que viam em sua recente postura na Câmara dos Deputados, negando-se a jurar e defender tanto a Monarquia como a Igreja Católica, séria mácula no tradicionalismo e na religiosidade mineira. A repercussão dos próprios posicionamentos públicos de Jardim defendendo claramente a separação do Estado e da Igreja, ridicularizando a figura da Princesa Isabel, sobretudo por sua conhecida religiosidade, deve ter sido impactante, sobretudo entre os libertos e entre e a população mais desvalidada e iletrada de forma geral, que interpretavam de maneira muito diversa as propostas da propaganda republicana. Acreditavam, por exemplo, que a República proibiria que os católicos professassem livremente sua fé.

A participação da população negra nos movimentos contra a presença do conferencista foi uma constante não somente na Zona da mata mineira. Aconteceu também em sua segunda visita a Minas, especialmente em São João del’ Rei, também em localidades fluminenses como Vassouras e ainda na Bahia e em Pernambuco. No entanto, explicação tão simplista quanto a reproduzida a seguir certamente empobrece a nossa compreensão sobre os episódios que envolveram os diferentes graus de rechaço à propaganda republicana de Jardim nos anos 1888 e 1889. “Eram negros recém-libertos afastados ainda do trabalho livre e vivendo de expedientes ou à custa de seus antigos senhores. Mediante pequenas gratificações, promoviam arruaças ou assassinatos de tocaia. Insuflados, cerca de 300 negros prometiam liquidar Jardim.” (JOSE, 1921:123).

Não me parece razoável que um grupo tão numeroso “de libertos” tenha sido cooptado da forma acima descrita por antigos senhores ainda fiéis à Monarquia. Certamente a explicação envolve a cultura do pós-abolição; seus símbolos, identidades e, certamente, incertezas. Silva Jardim nunca dissociou a abolição da troca do sistema de governo, chegando não só a atuar como advogado a favor de escravizados, mas também apoiando estratégias de fuga. A população negra, no entanto, na construção de sua identidade cultural tomou a figura da “redentora” como símbolo inatacável da sua recém-conquistada liberdade. Mesmo as preocupações publicamente demonstradas por Jardim com a situação social do liberto, completamente desamparado pelo governo monárquico, não lhe renderam qualquer simpatia junto à massa egressa do cativo. O que prevaleceu em sua oratória foi a oposição ferrenha ao governo monárquico, com reiterados ataques à figura da potencial herdeira do trono, sempre ridicularizada por sua extrema religiosidade e apontada, de forma implacável, como despreparada para reinar em um eventual Terceiro Reinado.

Concluo afirmando que o aceno dos “republicanos do 14 de maio” no recorte espacial considerado foi sim de fundamental importância para atrair Silva Jardim. No entanto, outros elementos devem ser analisados, como o grau de adesão dos grandes proprietários rurais ao projeto republicano. Por outro lado, deve ser também relativizada a versão sustentada pelo próprio Jardim e que acabou sendo reproduzida pela grande maioria dos autores que analisaram a sua fase como propagandista de que os motins por ele enfrentados foram resultado da ação manipuladora de monarquistas que usavam os antigos escravos para obstar as suas conferências e atentar contra sua vida. Mesmo tendo em vista a ação de grupos monarquistas, constituídos inclusive pelas autoridades, dentre elas as policiais, como da Corte denunciava Rui Barbosa, termino por considerar que havia na Zona da Mata mineira, assim como em muitos outros lugares por onde passou o “homem da lei nova”, um forte sentimento entre parte da população de que era preciso resistir contra o fim da Monarquia.

Referências Bibliográficas:

BARBOSA, R. **A coroa e a guerra de raças**. Queda do Império, Diário de Notícias. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1947, v. 16, Tomo II, 1889. (Obras Completas de Rui Barbosa). Disponível em:

< <http://www.casaruibarbosa.gov.br/rbonline/obrasCompletas.htm> >. Acesso em 13 de julho de 2017.

BERNSTEIN, S. **A cultura política**. In: Jean-Pierre Rioux e Jean-François Sirinelli (Org.). Para uma História Cultural. Lisboa: Editorial Estampa, 1998

BOEHRER, G. C. A. **Da Monarquia à República: história do Partido Republicano do Brasil (1870-1889)**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1954.

CHALHOUB, S. **Visões da liberdade**. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

COTA, L. G. S. **Ave, libertas: abolicionismos e luta pela liberdade em Minas Gerais na última década da escravidão**. 2013. 318 f. Tese (Doutorado em História Social) - Departamento de História, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2013. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/stricto/td/1448.pdf>>. Acesso em 20 de nov. 2016.

DALBERT, J. R. **Isabel, a "redentora dos escravos": um estudo das representações sobre a princesa**. São Paulo: Edusc, 2004.

JARDIM, Antônio da Silva. (1891). **Memórias e viagens: campanha de um propagandista**. Lisboa: Typ. da Cia Nacional Editora, 1891.

JOSÉ, Oíliam. **A propaganda republicana em Minas**. Belo Horizonte: Revista Brasileira de Estudos Políticos, 1960.

LACAPRA, D. Repensar la Historia intelectual y leer texto. In: PALTÍ, E. J. (Org.) *Giro lingüístico e história intelectual*. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 1998. P. 237 - 294.

LEÃO, J. **Silva Jardim: apontamentos para a biographia do ilustre propagandista, hauridos nas informações paternas e dados particulares e officiaes**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1895.

MAGALHÃES, R. Junior. **O império em chinelos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1957.

MARTINS, Maria Fernanda Vieira. **A velha arte do governar; um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de estado (1842-1889)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

MELLO, Maria Tereza C. **A República consentida: cultura democrática e científica do final do Império**. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

PIRES, J. R. F. **Notas de um Diário de Viagem a Minas Gerais: política e ciência na escrita viajante do Imperador D. Pedro II (1881)**. 191 f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, 2007. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/VGRO-7AYFZ7/disserta_o_de_joao_ricardo_ferreira_pires.pdf?sequence=1> Acesso em 18 ago. 2016.

QUEIROZ, M. V. de. **Uma garganta e alguns níqueis: história de Silva Jardim, o herói da propaganda republicana**. Rio de Janeiro: Aurora, 1947.

RICCI, M.L. **Ação e pensamento em Silva Jardim**. Campinas: PUC, 1987.

VIDAL, J. B. **Madre Dios - 100 anos**. Juiz de Fora: Esdeva, 1986.

Fontes consultadas:

A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, nº 179, 7 ago. 1888. Disponível em:
<<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>. Acesso em: 21 jan. 2016.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. **Livro de atas do Clube Republicano de Angustura** (set. 1888 - nov. 1889), Belo Horizonte.

BRASIL. MINISTERIO DO IMPERIO: Relatório da Repartição dos Negócios do Império. Rio de Janeiro – 1832-1880. Disponível em:
<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720968&pesq=fazenda%20do%20p%C3%A2ntano&pasta=ano%20188>>. Acesso em: 22 de jan. 2016.

CIDADE DO RIO, Rio de Janeiro, nº 70, 28 mar. 1889. Disponível em:
<<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>. Acesso em: 11 nov. 2016.

DIARIO DE MINAS, Juiz de Fora, nº 21, 20 jul. 1888. Disponível em: < Disponível em:
<<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>> Acesso em: 15 fev. 2017.

GAZETA DE NOTICIAS, Rio de Janeiro, nº 82, 16 mar. 1889. Disponível em: < Disponível em:
em: <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>> Acesso em: 23 jan. 2016.

IRRADIAÇÃO, Leopoldina, nº 70, 26 jun. 1889. Disponível em: < Disponível em:
<<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>> Acesso em: 30 out. 2016.

JORNAL DO COMÉRCIO, Rio de Janeiro, nº 123, 4 maio 1881. Disponível em:
<<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>> Acesso em: 24 jan. 2016.

O Município, São José d'Além Parahyba, nº 93, 18 mar. 1888. Disponível em:
<<<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=815411&pasta=ano%20188&pesq=lavoura>> Acesso em: 18 jul. 2017.